



FASCÍCULO

5

 diariodopara

 jornaldiariodopara

 jornaldiariodopara

ECONOMIA VERDE

Promover uma economia sustentável significa incentivar o desenvolvimento de setores econômicos que sejam ambientalmente responsáveis e socialmente justos. Nesta edição, você pode conhecer alguns projetos desenvolvidos na Amazônia que adotam essa filosofia e que podem servir como referência para a transformação da região.



Confira na edição eletrônica: diariodopara.dol.com.br

Oferecimento:



Realização:



RBA
NACOP

Por mais ideias transformadoras

Luiz Octávio Lucas

Promover uma economia sustentável é um dos objetivos da Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP 30. Isso inclui o desenvolvimento de setores econômicos que sejam ambientalmente responsáveis e socialmente justos. Além disso, a conferência explora maneiras de mobilizar financiamento para projetos e iniciativas sustentáveis, garantindo recursos para a implementação de ações climáticas.

Neste último fascículo da Série Diário Documento Sustentabilidade, o leitor vai conhecer alguns exemplos desenvolvidos na Amazônia que adotam a chamada Economia Verde e Financiamento Sustentável. São ideias que têm dado certo e que podem servir como referência para a transformação da região a partir das discussões do evento de novembro de 2025 e incentivar a mudança de hábitos da população.

Para começar, apresentamos o projeto Rede Andorinhas de Economia Solidária, uma estratégia de comercialização de múltiplos produtos, serviços e negócios, envolvendo coleta seletiva, cooperativismo e sustentabilidade. A iniciativa é desenvolvida pelo professor João Cláudio Tupinambá Arroyo,

economista autor de livros como “Amazônia: Desenvolvimento Sustentável em debate”, editado pelo Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) em 1997 e “Como lidar com uma Amazônia Sensível”, 2021, pela editora Unama, onde leciona.

“A Rede Andorinha de Economia Solidária é uma construção que formalmente começamos como projeto de extensão, eu como professor de economia. A ideia é que a aplicação prática da teoria consiga ser amadurecida para se transformar em soluções para problemas práticos efetivos de como a sociedade enfrenta a pobreza, a miséria, toda sorte de mazelas que enfrentamos no Brasil e no mundo”, apresenta. “O ponto de partida é a economia solidária, o que as comunidades fazem para sobreviver e garantir sua vida com qualidade mínima, mesmo no advento das indústrias”.

Segundo Arroyo, a ideia é fazer com que as pessoas melhorem suas condições de vida a partir do próprio trabalho. “A economia solidária não tem cesta básica, não tem doação de nada. Tem a cooperação pelo trabalho, uma reorganização do trabalho a partir dos trabalhadores, sem que haja concentração de um terceiro, que seria o patrão”, ilustra.

“Nós estamos testando toda essa teoria na prática,



Projeto traz a comercialização de produtos por meio de Economia Solidária

FOTOS: ROSÂNGELA MACHADO / LEIAJÁ IMAGENS

vendo no que ela se adequa, no que ela não se adequa. Essa é a motivação inicial da Rede Andorinhas”, prossegue. “Ela funciona com a organização de empreendedores populares, geralmente artesãos, cozinheiras, pessoal que trabalha com confecção, é muito diverso. São pessoas que buscam sua sobrevivência a partir do auto trabalho. A gente passa então a dar uma perspectiva

econômica coletiva fazendo eles alcançarem uma condição econômica que eles não têm como fazer sozinhos”.

O professor conta que a rede solidária está em fase inicial e na primeira fase chegou a ter duas lojas, coisa que os empreendedores dificilmente conseguiriam ter sozinhos. “Depois chegamos a ter uma terceira loja, fazendo até o calçadão da economia solidária, mas tivemos

problemas de gestão, tivemos que fechar”, admite.

“Criamos um site junto com eles. Só tem sentido esse processo se eles se auto empoderarem. Tudo é dirigido por eles. Temos reunião toda terça-feira. Alguns não conseguem participar porque não percebem que estão se aposando de um novo patamar econômico”, analisa. “Os que já perceberam, vão. Estamos oferecendo um conjunto de

vivências que eles não tinham, gerando um conhecimento que não é rápido que se adquire, ainda mais na vida adulta, com todos os percalços que se enfrenta. É uma organização teoricamente definida como autogestão”.

Na Rede Andorinhas, a vantagem é que os empreendedores têm, além do negócio próprio, como confecção, brechó e artesanato, um outro negócio, que é de organização coletiva. “Eles têm ponto de venda, estrutura de marketing, outro ferramental econômico que possa tornar a sua potência econômica muito maior”, explica Arroyo. “É todo um aprendizado, é todo um trabalho novo. Pode participar qualquer pessoa, porque na economia solidária é considerado agente econômico tanto quem produz quanto quem consome. E já se está organizando o consumo consciente, porque na economia solidária isso é importante”, cita.

A rede iniciou há dois meses a coleta seletiva remunerada com um posto de coleta seletiva. “Quem leva (itens recicláveis) é remunerado com a moeda social, a Andorinha. Um quilo de latinha, se paga R\$ 4 no Aurá - R\$ 2 para a cooperativa e R\$ 2 para quem levou a latinha -, seja quem for. Isso é mais uma frente de educação ambiental”, considera Arroyo.

CONSUMIDOR

O professor ressalta que o consumidor também precisa se organizar economicamente, já que faz parte da eco-

nomia solidária. “Por isso estamos criando o Banco Andorinha, com moeda social própria, que a gente deve caminhar para a cooperativa de consumo. Então, qualquer pessoa pode se beneficiar”, garante.

“A gente passa a entender que a qualidade de vida coletiva, segurança, ar puro, qualidade ambiental, são bens fundamentais. Uma hora o cara tem carro, muro alto, mas uma hora ele vai ser vulnerável e pode sofrer violência. Uma hora o vírus não escolhe o pobre ou rico, ele vai nos dois. Vimos isso na Covid. A insalubridade social, econômica e sanitária só se resolve se tivermos vida digna para todo mundo”, defende.

“Essa é a base e o propósito da economia solidária como projeto de sociedade. Ela vai quebrar paradigmas. Q que gera riqueza não é dinheiro, é o trabalho, o intelectual, o valor que você tem do conhecimento, mas o fetiche do dinheiro serve para manipular quem não tem”, critica. “O benefício é ter uma sociedade equilibrada, de partilha para que todos possam crescer e somar juntos, gerar esse padrão de riqueza que a sociedade nunca sonhou em ter”, completa o professor.

Outra informação importante é que o projeto “não tem um centavo de dinheiro público, nem privado. Só o apoio institucional da universidade, que cede o espaço”, conta o docente. “Tudo é ambiental, mas carregamos uma cultura do conhecimento fragmentado, das discipli-



nas, isso aqui é matemática, isso aqui é biologia, mas no mundo é tudo misturado. Todos os produtos da economia solidária são feitos no rigor do controle ambiental e sustentabilidade. O que é plantado não tem agrotóxico, não tem trabalho escravo nem de criança. Mulher não ganha menos que o homem”.

PARA PARTICIPAR

● A Rede Andorinhas de Economia Solidária é um empreendimento onde todos que trabalham são sócios com poderes iguais sob autogestão, comprometidos com a produção sustentável, sem degradação ambiental, com o fim das desigualdades de direitos e um consumo consciente. Um espaço democrático 360º, de construção da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Para fazer parte como produtor, fornecedor, consumidor, revendedor, formador, divulgador ou apoiador se inscreva no link <https://forms.gle/bxb47TD33hghrZT88> ou faça contato com a coordenação - arroyojc@hotmail.com e (91) 99121.3999 - WhatsApp.

Cobrar dos países ricos é fundamental

Luiz Octávio Lucas

A liderança do governador Helder Barbalho em defesa da Amazônia é considerada crucial para que ações efetivas transformem a região por meio de uma economia sustentável com respeito e apoio dos demais países. A atuação do gestor, um dos responsáveis pela realização da COP 30 em Belém, no mês de novembro de 2025, é vista com bons olhos por especialistas como o professor associado da Universidade Federal do Pará e consultor na área de Finanças Corporativas, Economia Ambiental e Finanças Climáticas, Mário Ramos Ribeiro.

Com a experiência de quem já foi Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional (hoje Ministério de Desenvolvimento Regional); presidente do Banpará, diretor e conselheiro da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e presidente da Fapespa, Mário Ramos destaca a coerência da palestra do governador Helder em Nova York, na reunião da Semana do Clima, no evento “Transformação Ecológica no Brasil e na Amazônia”, diante do enviado especial do presidente Joe Biden para a Ques-

tão do Clima, John Kerry.

“A fala do governador foi tecnicamente corretíssima. Pelo que li nos jornais, ele defendeu na sua fala que os países do Norte Global, os mais desenvolvidos, financiem a agenda climática de preservação ambiental nos países do hemisfério sul, os países em desenvolvimento e os países vulneráveis”, recorda.

“Corretíssima porque não pediu caridade. Fez uma reivindicação. Entendo como uma cobrança para o cumprimento integral do Acordo de Paris. Até então a cobrança era apenas para os países mais pobres. Acontece que no Acordo de Paris, nos seus artigos 09,10,11 e 12, coube aos países ricos: (1) financiar os países em desenvolvimento e vulneráveis para arcar com as despesas de mitigação e adaptação para desacelerar o aquecimento global; (2) desenvolver e transferir as tecnologias adequadas a cada país do Sul Global para que eles possam fazer a transição energética e sair da economia marrom para a economia verde; (3) e financiar os programas de capacitação do capital humano”, lista.

Sobre os custos disso para os países ricos, o docente ressalta que as estimativas variam conforme a metodologia.

“Mas as Nações Unidas trabalham com algo em torno de 6 a 7 trilhões de dólares por ano, somente para os países em desenvolvimento. É um custo descomunal. E para os ricos como mais ou menos 4 a 5 trilhões de dólares por ano. Veja que estamos de gastos de cerca de 10 trilhões de dólares por ano até 2030. Daí em diante, esse valor pode cair, desde que se descubra uma fonte de energia limpa, que tenha uma escala de mercado do tamanho do planeta”, explica.

“Esse é o ‘Tripé Mágico’ para o combate à mudança climática. A nós, do Sul Global, caberia o que os juristas chamam de ‘obrigação de fazer’. O Tripé Mágico é a obrigação dos mais afortunados. Esse seria o aspecto jurídico. Do ponto de vista econômico, as razões são diversas. A equidade é um requisito importante no desenvolvimento econômico”.

A justificativa para que os países ricos tenham essa responsabilidade pode ser expressa nos números. “Os 1% mais ricos da população mundial são responsáveis por 66% das emissões de CO2 e outros gases de efeito-estufa. É fácil falar da redução da produção de carbono como prioridade mundial quando se vive na fartura, mas a nossa priori-

dade agora não é a mudança climática, a nossa prioridade é mais básica: 84% da população mundial não vive nos países ricos. Vive nos países mais pobres”, lembra Ramos.

“Aqui temos de priorizar o ataque à pobreza, à fome, à penúria etc. O custo desse combate calculado pelo Copenhagen Consensus Center é de U\$35 bilhões por ano. Comparado com o custo das ações contra o valor anual dos custos do enfrentamento da mudança climática, aqueles de aproximadamente U\$10 trilhões por ano, estes U\$35 bilhões viram tostão”, analisa.

Ajudar nas necessidades básicas equivale a 0,35% do valor dado ao combate ao aquecimento global, prossegue o professor. “Isso mesmo: 0,35%. Não dá para discutir isso? É muito confortável fazer esse tipo de cobrança dos pobres enquanto se vive num padrão de consumo elevado. Além disso, não há sentido econômico em se desacelerar as economias mais pobres”, antecipa.

“Esse tradeoff, essa troca onerosa, não é nossa pelo

Acordo de Paris. Essa troca onerosa entre meio-ambiente e economia é dos países ricos. Os ricos colocaram nos 100, 150 anos a maior parte da camada de CO2 que permanece na atmosfera por esse período. Os maiores emissores foram os EUA e a Europa. Essa camada de gases de CO2 começou a se formar nos últimos 100 ou 150 anos”, lembra.

“Os ricos respondem por essa maior parte da camada que retém o calor. Ok, hoje a China e outros emergentes já ultrapassaram os EUA. Isso é fluxo. Mas a maior parte do estoque que forma essa camada hoje está na conta dos países ricos. E eles deram o calote na gente e no Acordo de Paris. Eles, e não nós, é que estão inadimplentes no Acordo”, critica.

CONTINUA NA PÁGINA 6



O governador do Pará, Helder Barbalho, discursou em Nova York em defesa da Amazônia FOTO: DIVULGAÇÃO

Inovação e sustentabilidade

Em compromisso com o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua, a Hydro investe em projetos inovadores fomentando uma economia cada vez mais circular. Em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), há uma série de projetos em andamento que estudam uso do rejeito do minério da mina de bauxita da Hydro, em Paragominas, para a produção de telhas, tijolos, materiais refratários, cimento de baixo carbono e até um plástico biodegradável. Essas iniciativas reforçam o cuidado da empresa com o uso dos recursos disponíveis em nosso planeta, com foco em soluções eficientes, sustentáveis e com uso de tecnologias de ponta.



Saiba mais sobre
nossos projetos
de reutilização
de resíduos



Indústrias que fazem a diferença



CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 4

“A COP 30 tem tudo para dar certo e transformar a economia amazônica”

Confira a seguir outros pontos abordados junto ao professor Mário Ramos Ribeiro:

DESAFIOS DA REGIÃO PARA EXPLORAR A FLORESTA EM PÉ

“Os ricos dizem que a floresta em pé vale ouro, que ela é ‘o grande ativo’ da economia mundial. Ora, os economistas sabem, pelo menos, desde 1902, com a publicação da Teoria da Taxa de Juros pelo economista Irving Fisher, que onde existe um ativo existe uma renda! Mas se a floresta em pé é um ativo - e de fato ela economicamente é um ativo - onde está a renda desse ativo? — perguntaria o Irving Fisher se estivesse vivo. Aqui na Amazônia a renda do ativo não está. Mas ela está no Norte Global. E lá ela foi monetizada, e como? Ora um ativo necessariamente é um bem que fora da atividade produtiva nos dá benefícios no futuro ao longo de um tempo. Essa é a definição econômica de ativo. É o que acontece, por exemplo, com imóveis, com poços de petróleo, com minas, com saldos de aplicação em banco, e também com a moeda que está no cofrinho da poupança, e por aí vai”.

COMO OS PAÍSES RICOS SE BENEFICIAM?

“Com a absorção de carbono

feita pela floresta. Se a floresta amazônica absorve 1,5 a 2 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (fora o estoque de carbono que já está na floresta), os serviços ambientais da floresta amazônica em pé beneficiam toda a humanidade. São 2 bilhões de toneladas a menos de esforço de redução no PIB dos ricos do planeta que são monetizados lá no Norte. Ou seja: em vez de reduzirem o PIB em U\$100 mil dólares por unidade de tempo gerando perdas de bem estar e desemprego nesse valor monetário, os ricos - graças aos serviços ambientais da Floresta em pé na Amazônia, agora poderão reduzir, digamos, U\$70 mil por unidade de tempo. Há claramente uma transferência ou melhor, uma captura de renda nossa pelos afortunados do Norte. E isso nos é devido”.

COMO ISSO SE APLICA À FLORESTA AMAZÔNICA?

“Como as rendas da floresta são os seus serviços ambientais, o valor presente dos serviços ambientais é o valor do ativo florestal em pé. Se parte desse serviço é usada pelos países ricos, então eles estão se beneficiando de rendas que são nossas sem autorização nossa e devem nos pagar. É por isso que o Governador tem razão quando diz,

‘você querem a floresta em pé? Querem? Então paguem pelo serviço dela’”.

COP 30 NO PARÁ

“Tem tudo para dar certo e transformar a economia amazônica e de modo especial o Pará. Podemos fazer de Belém um ‘case’, um ‘standard’, um padrão de referência de cidade verde, gerando um efeito-demonstração de alto valor para todos. Tudo indo certinho, bem feito, Belém pode ser a porta de entrada da Amazônia. E se conseguirmos investir em educação e saúde, podemos virar um caminho natural de investimentos verdes para o Pará. Isso pode gerar um externalidades positivas para a população paraense”.

QUANTO VALE A AMAZÔNIA?

“O valor da Amazônia é praticamente infinito. É como uma debênture perpétua cujo número colocado no denominador é bem próximo de zero. Então vai para as nuvens. A Amazônia não é somente um ativo. É um ativo especialíssimo, é um ativo radical, sem ela não haverá vida. É um ativo que pode dar paz, vida e felicidade, ou se usado de forma errada provoca uma calamidade planetária. Muitos colegas meus quando precificam a



O professor Mário Ribeiro vê a Amazônia como um “ativo radical”

FOTO: DIVULGAÇÃO

Amazônia, não levam isso em consideração. Tratam esse ativo como um ativo ordinário. Eu creio que isso é um equívoco inadmissível para um economista. O estudo do Banco Mundial por exemplo, quando atribui o valor de cerca de U\$300 bilhões para a Amazônia

cai nesse equívoco. O valor de um ativo radical não pode ser calculado como fez o Banco Mundial. Obviamente não seremos pagos com valor infinito. Mas é importante saber disso na hora da barganha, na hora de sentar na mesa para a barganha”.

FNO

A LINHA DE CRÉDITO FEITA PARA MOVIMENTAR E DESENVOLVER A REGIÃO.

O Banco da Amazônia está sempre junto com as pequenas, médias e grandes empresas da Amazônia, por isso, está disponibilizando o FNO, uma linha de crédito de capital de giro voltada para negócios de toda a região – do campo ou da cidade. É crédito para ajudar no estoque, na reforma, nos pagamentos e no que mais o seu negócio precisar. Tudo com taxas atrativas e parcelamentos que se adequam ao seu porte. Se depender do Banco da Amazônia, o seu empreendimento não vai parar de crescer. Aproveite!



GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Desvendando a Economia Solidária

● O QUE É?

A economia solidária é uma abordagem que busca transformar a forma como produzimos e consumimos, com o objetivo de diminuir a desigualdade e os efeitos da pobreza no Brasil e no mundo. Ela propõe um planeta mais justo para se viver, incentivando as empresas a reconsiderarem seu papel na sociedade e a implementarem mudanças nos sistemas de produção e comercialização para criar um mundo com menos desigualdades e mais oportunidades para todos.

● POR QUE É NECESSÁRIO?

Promover esse modelo é uma necessidade urgente. Segundo a ONG Oxfam, apenas 5% dos brasileiros mais ricos detêm a mesma renda que os 95% restantes da população.

● A REALIDADE DA DESIGUALDADE

Um fato preocupante é que uma pessoa que recebe um salário mínimo precisaria trabalhar 19 anos para ganhar o mesmo que uma pessoa rica ganha em um mês. Além disso, estima-se que pessoas negras só alcançarão a mesma remuneração que pessoas brancas em 2089. No cenário global, os pouco mais de 2.100 bilionários possuem uma riqueza maior que a de 4,6 bilhões de pessoas, o que corresponde a 60% da população mundial.

● ECONOMIA SOLIDÁRIA EM AÇÃO

Na prática, a economia solidária se refere a um conjunto de atividades econômicas - produção, distribuição, consumo, poupança

e crédito - organizadas de forma autogerida, onde a gestão da empresa é realizada democraticamente por seus membros.

● PROMOVENDO JUSTIÇA

Adotar um modelo de economia solidária significa valorizar a colaboração, a solidariedade e a coletividade, permitindo que as relações entre pessoas e empresas sejam mais justas socialmente e sustentáveis economicamente e ambientalmente.

● SEM CHEFES

Na economia solidária, a figura do patrão é substituída por grupos. O objetivo final não é trabalhar exaustivamente para acumular riquezas, mas adotar um modelo em que todos os envolvidos colaboram para dividir igualmente os lucros gerados.

● SUSTENTABILIDADE

A economia solidária também se preocupa com a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, para não prejudicar o planeta.

● EXEMPLOS

Cooperativas de reciclagem, grupos de agricultura familiar, empresas cooperativas de crédito, coletivos ecológicos e pequenos e médios produtores de alimentos orgânicos são exemplos de empreendimentos de economia solidária.

● PRINCÍPIOS

Os princípios da economia solidária incluem

autogestão, cooperação, solidariedade, centralidade no ser humano, valorização da diversidade, valorização do saber local e da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente.

● VANTAGENS

Tanto a economia solidária quanto o cooperativismo são vistos como soluções para a geração de trabalho e renda, especialmente entre as populações mais vulneráveis. Esses modelos buscam promover direitos iguais no acesso aos recursos econômicos, baseando-se em estratégias de desenvolvimento. Um exemplo disso são os catadores de materiais recicláveis que criaram cooperativas para regularizar suas atividades econômicas.

● SUSTENTABILIDADE ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO

O cooperativismo, quando alinhado aos princípios da economia solidária, é visto como uma das principais táticas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

● EQUIDADE

Independentemente do porte da empresa, seja ela pequena, média ou grande, os princípios da economia solidária permitem a valorização da vida humana, a promoção da justiça social, a sustentabilidade e a solidariedade.



A busca pelo desenvolvimento sustentável passa pela necessidade de se obter recursos para viver dignamente

Sustentabilidade está atrelada à **responsabilidade social**

Luiz Octávio Lucas

Cobrar da população que se adeque ao mundo sustentável requer antes de tudo reflexão e combate à pobre-

za. Ao menos essa é a tese que a maioria dos especialistas no assunto defende com argumentos coerentes, que se resumem ao que o professor Bernardo Mendonça Nóbrega, especialista em direito tributário pelo IBET, mestre em Direito e advogado considera:

‘Em um país afligido pela pobreza como o Brasil, entre a sobrevivência pessoal e proteção ambiental, a primeira opção sempre irá vencer’.

Na prática, isso significa economizar ao máximo para ter o mínimo necessário para sobreviver. Quem com um salário

mínimo para se manter vai trocar a escova de dentes de plástico por uma feita com madeira de reflorestamento que custa cinco vezes mais? São exemplos como esse que mostram que a melhor distribuição de renda, assim como o investimento na educação precisam

sair do discurso para a prática “pra ontem”, se quisermos um mundo mais justo e em harmonia com o meio ambiente. Na entrevista a seguir, Bernardo Nóbrega defende a melhor maneira de se fazer desenvolvimento sustentável com responsabilidade. Confira!

P O que significa desenvolvimento sustentável?

R Desenvolvimento sustentável é um conceito que evoluiu ao longo do tempo. Antes remetia somente a desenvolvimento econômico que protegesse o meio ambiente. Hoje é formado por um tripé – desenvolvimento econômico, proteção ambiental e desenvolvimento social. Então, desenvolvimento sustentável é aquele que gera riqueza de forma harmoniosa, junto à natureza, resultando em melhoramento da qualidade de vida, redução de pobreza sempre respeitando os espaços naturais.

P Como conseguir isso?

R Não tem uma única forma de fazer. Precisamos, em linhas gerais, reduzir a pobreza garantindo o acesso à renda de maneira que não destrua permanentemente o meio ambiente. Então, qualquer medida que trabalhe dentro desse aspecto se enquadra como meio de garantir desenvolvimento sustentável.

P Quais os nichos dentro da Amazônia que podem ser desenvolvidos na economia verde?

R Todo nicho pode ser trabalhado de forma mais sustentável, desde as mais popularmente degradantes, como as menos. Isso inclui até extração de madeira, mineração, agropecuária e afins. Até porque sustentabilidade não é sinônimo de proteção ambiental pura.

P Quais os desafios da região para explorar a floresta em pé?

R Temos vários, mas vou apontar alguns significantes. Primeiro é conseguir com que a floresta em pé seja lucrativa e gere renda

equivalente ou comparável ao que se ganha com a terra nua. A destruição da floresta não é feita somente por destruir, ela é feita para gerar emprego. Então, precisamos difundir a possibilidade de gerar renda com a floresta em pé, criando uma matriz econômica forte e que sustente financeiramente a região. Deixo claro que não estou afirmando que a floresta em pé não seja financeiramente rentável, mas exige investimentos, pesquisa e uma proatividade tanto do setor privado como do setor público. Outro ponto envolve a um problema clássico do país que afeta todo o setor produtivo: o custo Brasil. Dificuldade de transporte de mercadoria, alto custo de insumos, alto custo na obtenção de financiamento, burocracia na legalização de produtos e formação de empresas. Todos esses problemas dificultam a sobrevivência de atividades econômicas na Amazônia, tanto as tidas como sustentáveis como as tradicionais.

P Que avaliação o senhor faz da realização da COP 30 no Pará quanto ao legado?

R Podemos apontar diversos legados, mas acredito que o principal é que irá colocar o Pará em evidência internacional, sendo a chance perfeita para mostrarmos nossos produtos e atrativos, podendo atrair investimentos e parceiros nacionais e internacionais para o desenvolvimento local.

P Quais os desafios da sustentabilidade nos setores econômicos?

R Acredito que o principal desafio é incluir a sustentabilidade sem prejuízo financeiro para as

empresas e sem repassar o custo para os clientes. Para compreender isso precisamos entender que a sustentabilidade, em vários casos, aumenta o custo de produção e, conseqüentemente, o custo do produto. Isso acontece quando a sustentabilidade é incluída através de novas tecnologias, cuja implementação pode ter um elevado custo inicial, ou uso de matérias primas diferenciadas, que podem ter um custo maior. Podemos ver isso no supermercado. Muitas vezes, produtos “orgânicos”, “verdes”, ou outros rótulos assim, acabam custando mais caro que seu equivalente “normal”. E aproveito para apontar que precisamos excluir disso produtos que usam o termo apenas para poder aumentar o valor, sem nenhum tipo de investimento ou mudança sustentável na sua linha produtiva.

P Por que a sustentabilidade ainda é vista como luxo?

R A sustentabilidade é vista como um luxo porque, em muitos casos, ela traz consigo um custo mais elevado e, em um país afligido pela pobreza como o Brasil, entre a sobrevivência pessoal e proteção ambiental, a primeira opção sempre irá vencer. O brasileiro médio não tem como pagar caro por produtos orgânicos plantados sem defensivos agrícolas, ou adquirir uma escova de dente feita de bambu, ou adquirir um carro elétrico, ou instalar painéis solares em sua residência. Quando pensamos em condutas que devastam o meio ambiente, muitas vezes elas são incentivadas ou auxiliadas por pobreza. Vamos usar por exemplo o desmatamento ou garimpo ilegal. Não é o dono do negócio que está com a

motosserra ou o mercúrio na mão. É alguém que está ganhando centavos para cada real que o dono da operação ganha. Acampa e come carne de caça. Ainda, muito dos hábitos sustentáveis que praticamos não é feito por vontade, mas sim necessidade, como, por exemplo, andar de transporte público ou bicicleta, costurar uma roupa rasgada por não ter meios de trocar por uma nova.

P Como mudar essa realidade?

R Várias formas, mas a principal, na minha opinião, é melhorar a qualidade de vida das pessoas com combate à pobreza. Desenvolvimento sustentável requer pensamento a longa distância. E quem está lutando para almoçar não pode se dar esse luxo.



A sustentabilidade é vista como um luxo porque, em muitos casos, ela traz consigo um custo mais elevado e, em um país afligido pela pobreza como o Brasil, entre a sobrevivência pessoal e proteção ambiental, a primeira opção sempre irá vencer.



De olho em novos projetos

Luiz Octávio Lucas

Com o objetivo de impulsionar negócios sustentáveis na Amazônia, o VII Workshop Brasileiro de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia, que iniciou no último dia 16, no Centro de Eventos Benedito Nunes (UFPA), apresenta projetos de pesquisa com aplicação prática já pronta.

Um deles é o uso dos resíduos da extração do açaí para produzir uma biomassa, que, por sua vez, é um gerador de energia sustentável. Além disso, há um bioplástico produzido a partir da casca do cacau. O bioplástico tem um tempo de degradação muito menor do que os plásticos convencionais e tem uma grande vantagem em comparação ao plástico utilizado para embalar alimentos hoje no supermercado. “O PVA libera resíduos químicos nos alimentos que podem acabar causando contaminações. Esse bioplástico do cacau não”, explica o coordenador geral do programa de Pós-Graduação da Rede Bionorte, Sandro Percário.

O bioplástico tem um tempo de degradação muito menor do que os plásticos convencionais

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Além disso, há projetos de pomadas cicatrizantes a partir de produtos da biodiversidade amazônica, e a produção de alimentos a partir da folha da vitória régia – projeto de uma comunidade tradicional da Amazônia. “É uma lasanha vegana, rica em nutrientes, em proteínas, principalmente em substâncias como flavonoides, que são importantes para o organismo. E hoje a vitória régia tem sido muito pouco explorada. Então existem milhares, senão milhões, de usos que podem ser feitos”, ressaltou Percário.

INCUBADORA

O Workshop Brasileiro de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia deixará um legado para a academia e para a sociedade: a incubadora – que é uma empresa criada pelo Bionorte com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável da Amazônia.

O objetivo principal da incubadora é fazer com que o conhecimento científico, hoje armazenado na gaveta dos laboratórios de pesquisa, chegue até a sociedade, bem como promover o desenvolvimento econômico e proteção das comunidades tradicionais amazônicas, envolvidas na geração desses produtos.

A incubadora biotecnológica vai abranger as funções de outras empresas. “Atuará como uma fundação institucional de apoio à pesquisa, fazendo a administração dos projetos a um baixo custo. Vai funcionar também como uma fundação estadual de apoio

à pesquisa trazendo, então, a captação de recursos tanto nacionais quanto internacionais para o fomento desses projetos de pesquisa. Obviamente, vai funcionar como uma incubadora e produzindo, então, a criação de start-ups e spin-offs para que os pesquisadores que estão desenvolvendo o seu conhecimento científico possam transformar isso em produtos que cheguem à sociedade. Quando não interessar a incubação das empresas, fará a assessoria jurídica especializada para a transferência do conhecimento para o setor produtivo”, diz Percário.

O Workshop não é realizado em Belém por acaso. A Amazônia sediará a Conferência do Clima (COP 30), além de ser o bioma mais

rico em biodiversidade do mundo. A sustentabilidade da região é um tema presente no encontro que conta com um público diverso, superior a duas mil pessoas, em dois momentos.

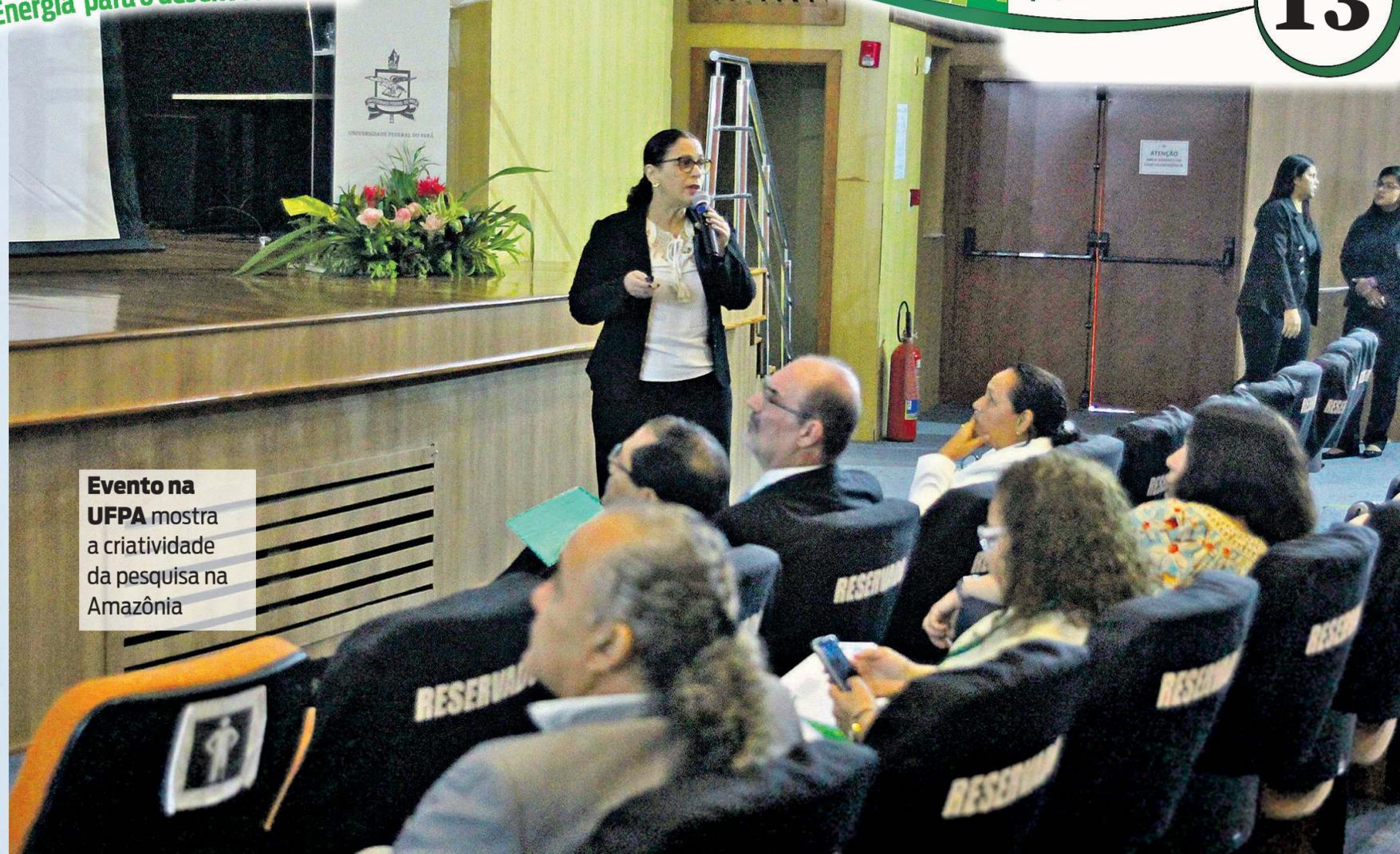
A proposta é que a academia, o governo, empresários e sociedade civil discutam os novos rumos para o impulsionamento de negócios sustentáveis da região Amazônica, tais como financiamento a projetos em negócios de biodiversidade e biotecnologia, além dos avanços e os desafios do marco legal de inovação do Brasil.

VITRINE

Durante o Workshop Brasileiro de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia, com o apoio do Fundo Vale, cin-

co tecnologias serão selecionadas na vitrine tecnológica. Como premiação, as referidas tecnologias estarão no Cubo Itaú, hub de inovação e tecnologia. O Cubo Itaú

é uma comunidade internacional que seleciona startups, com alto potencial, para impulsionar os negócios e a economia. (Com informações da assessoria do evento)



Evento na UFPA mostra a criatividade da pesquisa na Amazônia

PARA PARTICIPAR

● VII WORKSHOP BRASILEIRO DE BIODIVERSIDADE E BIOTECNOLOGIA DA AMAZÔNIA

Após o primeiro momento, realizado de 16 e 18 de novembro, na Universidade Federal do Pará, no Centro de Eventos Benedito Nunes, o evento retorna a partir desta quinta-feira (30) até 2 de dezembro, no Hotel Sagres, em Belém. O encontro propõe o fortalecimento e a integração das redes de Biodiversidade e Biotecnologia do Norte, Nordeste e Centro Oeste, sendo realizado em formato presencial e virtual, inclusive para a apresentação de trabalhos científicos. As temáticas são apropriadas para a região, entre elas: o açaí e o mel como modelos de negócio, o bionegócio e as fontes de recursos naturais operadas pelas comunidades tradicionais, além do debate sobre áreas degradadas e as possíveis soluções. A programação pode ser acessada em <https://wbbba23.com.br/>.

Pesca sustentável na Amazônia

No início de dezembro, Belém vai sediar a 1ª edição do IFC Amazônia (International Fish Congress & Fish Expo Brasil). A programação inclui mais de 70 conferencistas nacionais e internacionais durante os três dias de programação, que ocorrerá no Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, nos dias 3, 4 e 5 de dezembro.

Com a visão de abrir novas fronteiras para pescados da região amazônica no cenário global, o IFC Amazônia terá em toda a programação a abordagem de temas conjunturais e de mercado – como rastreabilidade e certificação, bioeconomia, pegada de carbono e Fundo Amazônia – visando acelerar o processo de desenvolvimento da aquicultura e pesca na Amazônia. O evento também debate temas técnicos com o objetivo de impulsionar a produção e a rentabilidade aquícola nas águas amazônicas.

A programação inclui ainda ambiente para feira de negócios e contará ainda com o “Corredor do sabor”, com apresentações de aulas-show de gastronomia com chefs paraenses e feira de produtos locais e marcas autorais. A inscrição para o evento é gratuita e pode ser feita pelo site oficial ifcamazonia.com.br

O IFC Amazônia reúne as principais lideranças dos esta-

dos e países que compõem a região amazônica, especialistas renomados do setor e representantes de todos os elos da cadeia do pescado – desde a produção, industrialização e comercialização. O objetivo é discutir a produção aquícola e pesqueira como alternativa econômica viável e estratégica para a geração de emprego, renda e sustentabilidade da região.

Entre os destaques está o painel “Tendências e desafios para a produção e o consumo de pescado a nível mundial e o papel estratégico da aquicultura e pesca no desenvolvimento de uma Amazônia próspera e sustentável”, com a participação do diretor-adjunto da Divisão de Política e Recursos de Pesca e Aquicultura da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), Audun Lem, e o presidente do IFC Brasil e ex-Ministro da Pesca, Altemir Gregolin.

O público-alvo do evento são empresários, pescadores, aquicultores, fornecedores de tecnologias para piscicultura e pesca, prestadores de serviços, armadores de pesca, profissionais, estudantes, terceiro setor, gestores públicos e academia.

A expectativa é atrair para a feira de tecnologia e negócios – a 1ª Fish Expo no IFC Amazônia – empresas de nutrição, aditivos, genética, sanidade, automação na produção, equipamentos para embarcações pesqueiras, máquinas de beneficiamento, fornecedores



da indústria de processamento, logística, entre outras.

“O propósito do IFC AMAZÔNIA é abrir um novo canal de diálogo e ajudar a construir caminhos para uma economia sustentável e altamente promissora. O objetivo é contribuir com o enorme potencial de produção de proteína vinda da água, preservando a floresta e priorizando a sustentabilidade desta região tão rica e abundante de recursos naturais. Estamos trabalhando para posicionar o Brasil e toda a região amazônica entre os grandes players globais”, pontua o ex-ministro da pesca e presidente do IFC Amazônia, Altemir Gregolin.

A Fish Expo reúne todos os elos da cadeia do pescado – da produção e industrialização à comercialização – com participação de empresas de nutrição, aditivos, genética, sanidade, automação na produção, equipamentos para embarcações pesqueiras, máquinas de beneficiamento, fornecedores da indústria de processamento, logística, entre outras.

Conforme afirma Eliana Panty, a CEO da Fish Expo no IFC Amazônia, para alcançar novos mercados com o pescado amazônico será necessária uma transformação na forma de produzir, na gestão, comercialização e consumo.

“Queremos ser a vitrine de

um produto que tenha selo de qualidade, sustentabilidade e rastreabilidade. Essas são questões fundamentais para o futuro da produção de proteína animal e da segurança alimentar. As empresas presentes na primeira edição do IFC Amazônia são pioneiras e, sem dúvidas, vão despertar muito o interesse de investidores e de quem está pensando em produzir na região”, afirma. A CEO pontua que o IFC Amazônia será uma oportunidade para “ter esse aporte de conhecimento e novas tecnologias para aumentar a produtividade da aquicultura brasileira, tornando-a competitiva globalmente”, reflete.



Pensando em fazer um extra? Tem uma oportunidade imperdível batendo à sua porta.

A COP30 vem aí. Se você tem um imóvel ou espaço sem uso, saiba como ganhar um bom dinheiro com ele e garanta seu lugar na turma que o Sebrae vai capacitar em hospedagem para este grande evento. Aqui o empreendedorismo está em casa.

Capacitação em:

Boas práticas

Habilidades necessárias

Estratégias eficazes

Acesse o site
pa.lojavirtualsebrae.com.br

Inscrições gratuitas

sebraecop30.com
0800 570 0800



SEBRAE



Muito prazer, somos o **Grupo BBF.**

Atuamos no agronegócio sustentável, desde o cultivo da palma de óleo, biotecnologia, produção de biocombustíveis e geração de energia renovável.

Somos o maior produtor de óleo de palma da América Latina e uma das maiores geradoras de energia elétrica limpa nos Sistemas Isolados da região Norte. Produzimos biodiesel a partir do óleo de palma e somos pioneiros no desenvolvimento do Diesel Verde (HVO) e Combustível Sustentável de Aviação (SAF) - a partir de 2026.

Nosso propósito é descarbonizar a Amazônia, gerando desenvolvimento socioeconômico, empregos e renda.

www.grupobbf.com.br

